1.

Introdução

Iniciei o trabalho com a Comunidade de Itambi¹ no início de 2007 para a elaboração do projeto final do curso de graduação em Oceanografia da UERJ. Naquela época, já me angustiavam as distâncias existentes entre as ciências naturais e as ciências sociais e, da mesma forma, entre os conhecimentos científico-acadêmicos e os conhecimentos ditos tradicionais. Dessa maneira, finalizei, no começo de 2008, a monografia intitulada *A importância da articulação dos conhecimentos científicos e tradicionais para a conservação dos manguezais da APA de Guapimirim*².

Desde o começo dessa pesquisa, a instalação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) já era foco de discussão tanto em Itaboraí como em outros municípios do estado do Rio de Janeiro. Os caranguejeiros de Itambi, em alguns dos seus relatos, se preocupavam com a entrada dos investimentos do complexo na região; entretanto, apenas no final do ano de 2007 escutei rumores sobre o desmonte da comunidade “em prol do desenvolvimento”. Vale ressaltar que naquele momento os moradores por mim entrevistados na localidade evitavam falar a respeito dessa provável mudança, e a comunidade, nitidamente, silenciava sobre o assunto. No mesmo período, tive o conhecimento de um parecer técnico (a ser avaliado mais adiante) que informava que, de fato, a Comunidade de Itambi seria retirada do seu território atual.

Naquela mesma época, o COMPERJ já era associado (através da divulgação no *site* da Petrobrás, em folhetins, pelo Estado, mídia e, inclusive, por ONGs que atuam no local) às concepções de desenvolvimento e sustentabilidade. A soma dessas questões que se verificavam no território em questão tornou inevitável o

1 Reconhece-se a existência de uma literatura vasta sobre o conceito de comunidade (ANDERSON, 2008 (1991); CASTELLS, 2000; BAUMAN, 2003;). Entretanto, esse trabalho não discutirá esse termo conceitualmente. A opção pela utilização da denominação Comunidade de Itambi se deu, devido a essa população de caranguejeiros de Itambi já ser assim referenciada em outros trabalhos (ALBUQUERQUE, A.L., 2002; BOTELHO, 2003; MOYSÉS, 2008; PANDEFF, 2009; HERRERA, no prelo), pelo filme Guapimirim, de Telêmaco Montenegro, por documentos (PLANO DE MANEJO DA APA DE GUAPIMIRIM, 2001; GIULIANI et al., 2005), em grupos de pesquisa (“Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social”-LATTES, CNPq, UFRJ; GeTERJ- PUC-RJ) e comumente reconhecida entre os membros dos conselhos gestores do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense (MMACF) e da APA de Guapimirim e ESEC da Guanabara (CONAPAGUAPI), dentro dos quais possuem representantes da comunidade.

2 Monografia do curso de Oceanografia da Faculdade de Oceanografia da UERJ. Defendida em janeiro de 2008 e orientada pelo sociólogo Dr. Gian Mario Giuliani IFCS/UFRJ.

prosseguimento da pesquisa e o despertar do meu interesse em realizar esta dissertação.

A necessidade de uma visão integradora (cultural, política, econômica, ambiental) e não-dicotômica na relação cultura-natureza foi fundamental para que essa dissertação fosse realizada no campo da Geografia por sua tendência atual de integração holística da análise espacial. E em especial, a opção pelo Programa de Pós-Graduação de Geografia da PUC-Rio pela sua proposta pautada na interdisciplinaridade no tratamento dos processos ecológicos, sociais e culturais que ocorrem no espaço, tornou possível a realização desse trabalho.

Dessa maneira, a dissertação analisa o atual processo de instalação do COMPERJ e a *des-re-territorialização* (a ser discutida nesse trabalho a partir de Haesbaert (2004)) da Comunidade de Itambi, localizada no município de Itaboraí, região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Esta comunidade pertence à Área Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim, o que já mostra a contradição dos projetos de gestão dos territórios na localidade.

A realidade aqui estudada vem passando por rápidas transformações e durante a pesquisa observou-se significativas mudanças nas relações comunitárias de Itambi, o que influenciou em grande medida a metodologia desse trabalho.

A dissertação foi organizada em três capítulos. O primeiro aborda os principais referenciais teórico-conceituais utilizados nessa pesquisa. O segundo discute as contradições do modelo de desenvolvimento via COMPERJ, enfatizado o momento geohistórico vivenciado com a instalação desse pólo petroquímico. E no terceiro capítulo, busca-se um olhar especificamente na Comunidade de Itambi, compreendendo como essa vem sendo afetada pelas políticas públicas do município de Itaboraí. Apesar dessa divisão, a prática e a teoria foram realizadas conjuntamente no desenvolvimento dessa pesquisa, e os trabalhos de campo, entrevistas, o levantamento e leitura de documentos, foram realizados em momentos intercalados com o levantamento e a leitura teórico-conceitual. O olhar sobre o *real* e suas visíveis transformações durante a pesquisa fez necessária a busca frequente por referenciais teórico-conceituais que servissem não apenas de instrumentos para a compreensão dessa realidade, mas que participassem e intervissem nesse *real*.

Houve dificuldades, nos primeiros contatos, no estabelecimento de laços de confiança com a comunidade, devido a experiências anteriores com outros pesquisadores, principalmente as desenvolvidas por ONGs. Segundo os próprios moradores, certas informações da comunidade foram obtidas sem o devido reconhecimento das pessoas entrevistadas e retorno de benefícios aos moradores. Contudo, ao iniciarmos a presente pesquisa o contato e a familiarização com a comunidade já estavam consolidados.

Durante toda a pesquisa, foram realizadas visitas a comunidade, de modo que o sentimento de confiança foi mantido. As observações diretas e a continuidade do contato a partir de conversas informais foram privilegiadas na realização desse trabalho. Desta forma, percebeu-se uma maior abertura dos moradores, facilitando a compreensão da comunidade como todo.

A partir da compreensão das observações e conversas, foram realizadas algumas entrevistas gravadas semi-estruturadas (ANEXO 1). As perguntas foram curtas, pois se privilegiou a fala dos próprios moradores. A escolha pelas pessoas deveu-se, obviamente, pelos moradores que se disponibilizaram a participar. Também se tentou entrevistar diferentes faixas etárias, buscando uma uniformidade numérica entre homens e mulheres. Por último, procurou-se entrevistar tanto pessoas mais ligadas às lideranças comunitárias quanto aquelas mais distantes delas. É importante ressaltar, contudo, que por ser uma comunidade pequena houve a percepção da baixa discrepância entre as posições dos moradores, que foram muito semelhantes em suas opiniões e interpretações e falas. Em quase todas as entrevistas gravadas, outros comunitários também participavam conjuntamente, entretanto foram apenas transcritos os trechos das pessoas que haviam sido informadas sobre a gravação e me autorizado quanto a isso. Porém, mesmo estando autorizada a utilizar tais entrevistas, busquei preservar o máximo possível as identidades dessas pessoas. O último contato com a comunidade para a realização desse trabalho se deu em fevereiro do corrente ano (2010).

No segundo semestre de 2009, foram realizadas entrevistas também com alguns agentes de gestão envolvidos nas políticas públicas do município de Itaboraí que afetam diretamente a Comunidade de Itambi. Também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com poucas perguntas curtas, de maneira

que também se privilegiou a fala desses gestores e o direcionamento para outras questões (ANEXO 2). Durante o processo de investigação houve ainda a participação em uma reunião dos membros do Conselho Gestor da APA de Guapimirim e da Estação Ecológica (ESEC) da Guanabara - CONAPAGUAPI.

Foram utilizadas ainda algumas respostas do chefe da APA Guapimirim via e-mail. Também a partir de poucas questões (ANEXO 3), o gestor me enviou suas respostas em forma de texto. Além disso, tanto o arquiteto e urbanista do Conjunto Habitacional do PAC como o chefe da APA de Guapimirim me enviaram diversos documentos via e-mail referentes ao projeto do PAC, o que inclui dados sobre o Conjunto Habitacional.

Nessa pesquisa também foram utilizados diversos documentos oficiais: o RIMA do COMPERJ; o Parecer Técnico 53/2007; a Ação Civil Pública do MPF nº1.30.003.000055/2006-07; a Manifestação técnica sobre os impactos ambientais potenciais decorrentes da implantação do COMPERJ nas unidades de conservação federais da região do IBAMA e ICMBio; as atas das audiências públicas do Empreendimento Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e da BR 493, entre outros.

Houve também o levantamento e a leitura de diversos trabalhos realizados na área de estudo, além do contato permanente com outros pesquisadores que também realizam trabalhos na região, principalmente do IFCS-UFRJ, PosGeo – UFF e das Ciências Ambientais – UFF, e a participação no *Seminário Internacional Direito à Cidade nos Municípios do CONLESTE e os objetivos de Desenvolvimento do Milênio*, realizado pela ONU-HABITAT, Petrobras, UFF e COLESTE que contribuíram para o enriquecimento dos dados e compreensões acerca desta dissertação.

Como dito anteriormente, o COMPERJ insere-se no território da comunidade em questão trazendo consigo concepções de desenvolvimento e sustentabilidade no seu discurso. Nessas concepções, as contradições entre as potencialidades locais e o discurso modernizante do complexo são nítidas e devem ser analisadas para que projetos de desenvolvimento não continuem a ser implementados de maneira aleatória em relação às transformações socioespaciais dos grupos territorializados nos espaços. Um olhar atento sobre a realidade da

Comunidade de Itambi torna-se necessário para que as populações de diversas localidades possam ser compreendidas como parte inerente desse desenvolvimento sob uma perspectiva da “diferença e singularidade” que projetos modernizadores devem considerar para que transformem as realidades locais de acordo com os interesses de quem vive, trabalha e concebe os territórios (SILVA, 2007).

Busca-se assim compreender a realidade estudada à luz do conceito de território, na medida em que esse conceito servirá tanto como instrumento para interpretação dessa realidade quanto como instrumento de uso, transformando o real que ele mesmo reconhece (HAESBAERT, 2008).

No capítulo 1 será realizada uma análise teórico-conceitual fundamentada na leitura crítico-reflexiva da bibliografia referente aos conceitos/noções de território, territorialidade, desenvolvimento e sustentabilidade. As discussões passarão ainda pelas reflexões acerca das concepções de identidade territorial e autonomia.

Buscar-se-á, nesse capítulo, identificar os diferentes caminhos e visões acerca dos conceitos / noções de desenvolvimento e sustentabilidade, suas representações e discursos hegemônicos especificando quais deles são privilegiados no âmbito da intelectualidade brasileira recente. Entende-se assim o caráter reflexivo da concepção de sustentabilidades para os desenvolvimentos de acordo com as perspectivas particulares dos territórios, que emanam cultura e história específicas e, portanto, outras racionalidades ligadas à ideia de qualidade de vida.

No capítulo 2, o COMPERJ será apresentado do ponto de vista da empresa, a partir de fontes dadas pela própria estrutura gestora do complexo, como o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), o *site*, folhetins e documentos oficiais da Petrobras, as ONGs locais e a mídia. Em seguida, averiguar-se-ão as concepções de desenvolvimento e sustentabilidade que os gestores do COMPERJ se baseiam, na medida em que se compreenderão as ações e discursos voltados para a instalação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro no território em questão. Dessa maneira, será feita uma análise crítico-reflexiva em

relação ao pólo, em que se abordarão as contradições existentes do projeto de desenvolvimento via COMPERJ com as realidades de gestão local.

Por fim, no capítulo 3 será realizada uma caracterização da comunidade e sua relação com o seu lugar. As potencialidades e perspectivas serão identificadas e analisadas frente ao possível deslocamento do grupo social para outra realidade e à entrada do COMPERJ no município de Itaboraí. Serão abordados os motivos dessa mudança, a opinião dos moradores de como vem sendo o processo (a saída deles dos mangues e a entrada do COMPERJ no município, a *des-re-territorialização* de uma maneira geral) e a transparência das políticas públicas do município que os envolvem diretamente. Procura-se assim alertar para as contradições e riscos embutidos nas políticas feitas por outros grupos que não sejam os diretamente envolvidos nestas políticas, e se essas de fato contribuirão para uma melhor qualidade de vida e mais justiça social para essa população.

A preocupação central é então conceber, a partir das experiências desses sujeitos, outras racionalidades para projetos de gestão na localidade, a partir de estratégias que visem à justiça social e qualidade de vida, concepção que também deve ser entendida pela vivência, ideais e especificidade da própria comunidade.